REPÚBLICA PORTUGUESA

CULTURA

PATRIMÓNIO CULTURAL

Direção-Geral do Património Cultural

Concordo. Promova-se a audiência dos interessados

João Carlos dos Santos
Diretor Geral

2023.03.21

EXTRATO DA ATA

Na reunião de 18 de janeiro de 2023, a Secção do Património Arquitetónico e Arqueológico (SPAA), do Conselho Nacional de Cultura (CNC), apreciou o seguinte assunto:

Proposta de reclassificação de monumento de interesse público (MIP) para monumento nacional (MN) da Igreja de Santa Maria, paroquial de Fornos, e complexo paroquial, na Avenida Gago Coutinho, Marco de Canaveses, freguesia de Fornos, concelho de Marco de Canaveses, distrito de Porto. CS 1532336.

RELATOR PROFESSOR ARQUITETO ALEXANDRE ALVES COSTA

PARECER

1. Este parecer diz respeito à proposta de reclassificação de monumento de interesse público (MIP) para monumento nacional (MN) da Igreja de Santa Maria, paroquial de Fornos e complexo paroquial na Avenida Gago Coutinho, Marco de Canaveses.

Estando totalmente de acordo com a informação dos Serviços dos Bens Culturais da DRCN, subscrita pelo seu Diretor, poderia parecer que o assunto estava resolvido, com a sua transcrição e a minha assinatura. No entanto, creio que me devo alongar um pouco mais, com os meus próprios argumentos tentando acrescentar alguma coisa ao que foi dito nos extensos textos que constituem este processo.

Tenho escrito longamente sobre a obra de Álvaro Siza, tentando não ser influenciado pela amizade que reciprocamente nutrimos ou pela casa que projetou para os meus pais que, na sua opinião, é o seu melhor projeto e onde, no seu sossego hibernal, vou escrevendo este tipo de pareceres.

Começo pelos critérios previstos nas alíneas b), e) e f) do artigo n.º 27 da Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro.

- O génio do respetivo criador

É inegável o reconhecimento da crítica nacional e internacional sobre a genialidade da sua obra. Não é, no entanto, como se infere da frase anterior, o génio dele que está em causa, mas, sim, a sua capacidade de o usar positivamente produzindo obra genial. Desculpado o legislador, diríamos que sim, que o seu génio é bem aplicado como criador e que a Igreja do Marco é uma das suas comprovações.

- Quanto ao valor estético, técnico ou material intrínseco do Bem, pensamos que não falta à Igreja do Marco valor técnico e material. Como diríamos no jargão da nossa profissão a obra "tem-se aguentado bem", resistindo às amplitudes térmicas e pluviais.

Mas, será bela a Igreja do Marco? Qual o seu valor estético? Sendo bela para nós, o Siza teve sorte por sermos nós a produzir o parecer e não outros que a achem feia. Na minha opinião, pois, a alínea e) da referida Lei também tem uma resposta positiva.

No entanto, sem por em causa a convicção sobre a justeza da reclassificação da Igreja como monumento nacional (MN), faremos mais tarde algumas considerações sobre a questão teórica mais importante da nossa profissão que trata da problemática do útil e do belo: oposição, complementaridade, síntese? E esta, universal ou local? Aqui é mais difícil desculpar o legislador, mas o parecer não é, felizmente, sobre ele.

- Quanto à alínea f) sobre a conceção arquitetónica, urbanística e paisagística, podemos sem nenhuma hesitação responder positivamente, com dados objetivos, sobre a justeza da sua forma e escala, apropriadas a uma relação harmónica com a envolvente, seja na sua proximidade com a paisagem natural, seja com a, ainda, mais próxima paisagem suburbana.

Sim, é verdade que Álvaro Siza, com o conjunto de elementos que constituíram a sua encomenda, cria um lugar com a duplicidade de poder viver por si e em si, desprezando a envolvente, ou de se constituir parte de um todo, integrando-o. Aqui, o critério que usamos para analisar o conjunto arquitetónico foi um critério objetivo que teve por base a nossa própria experimentação que comprovou, assim, a sua excelência.

2. Escreveu Álvaro Siza que a funcionalidade é condição da Beleza em arquitetura, tanto como a Beleza será condição absoluta da funcionalidade. A Beleza é uma necessidade, diz Sophia de Mello Andresen, não é um luxo para estetas, não é um ornamento da vida, um efeito inútil, um capricho. A Beleza é o esplendor da verdade, ensinaram Platão ou S. Tomás de Aquino.

Foi por estes caminhos do pensamento que ocorreram os conflitos sobre a avaliação da Igreja do Marco. Constatamos, no entanto, que nenhuma das posições se autoconsiderou como verdade científica, nem caiu na ratoeira, da nossa Lei n.º 107/2001, de considerar como verdade objetiva uma soma de subjetividades. Seguindo a legislação em vigor, quase não analisamos a Beleza, mas, apenas, a consistência material do Bem.

A metodologia que propomos e que tentaremos desenvolver, passa por analisar as funções e depois a sua concretização positiva na obra lida a partir da qualidade do espaço concebido e desenhado pelo projetista.

Repetimos para que não restem dúvidas: como avaliadores, não podemos deixar de começar pelo programa, distinguir as funções que lhe correspondem e verificar a sua rigorosa concretização no desenho de um espaço qualificado.

Não podemos confundir a metodologia da avaliação com a do criador que, desde o início busca a síntese, nunca se deixando resvalar para um processo analítico, procurando desde o início a forma artística a que vai dando, num processo lento de sucessivas aproximações, consistência funcional.

Na companhia de Siza, Platão, S. Tomás ou Sophia descansamos e, pausadamente, começamos pelos conteúdos particularmente importantes no espaço religioso, e, se acabarmos por verificar a coerência entre forma e função, garantimos a Beleza que, por sua vez, num raciocínio circular, será condição absoluta da funcionalidade. Fechando o círculo, teremos cientificamente justificada a classificação positiva ou negativa da obra, como monumento nacional (MN).

Chegamos, finalmente, ao Marco de Canaveses, depois de termos aprofundado, com algumas leituras, os significados do espaço religioso do Cristianismo, na sua evolução formal e conceptual, da basílica paleocristã até aos dias de hoje.

Apercebemo-nos durante a nossa visita que estávamos num lugar projetado que, sendo parte da cidade, tinha ao mesmo tempo uma forte identidade que nos permitia a sua consideração como espaço autónomo. Tentámos decifrar, também, a complexidade do seu desenho que teve de conter a implantação de uma igreja, de uma capela funerária e de um complexo paroquial. Percebemos que a igreja e a capela funerária constituíam um conjunto independente dos restantes equipamentos. Observando melhor, entendemos como a solução adotada pelo arquiteto conduzia à distinção imediata de um edifício com duas valências, igreja e capela funerária, com um imponente caráter objetual e com uma escala monumental claramente distinta da escala doméstica dos restantes equipamentos.

Salientamos, desde já, o facto, de conteúdo extremamente significativo, da capela funerária se constituir como uma espécie de alicerce do espaço litúrgico, como se o percurso para a redenção, com limites temporais definidos pelo tempo de vida, fosse gravado sobre a morte, dramatizando, com a sua presença sentida, as diferentes escolhas dos fiéis, pela salvação ou pela perda.

O espaço para a liturgia do Cristianismo, seja concebido a partir de uma composição dominada por um eixo longitudinal, seja pelo cruzamento de dois eixos de conformação idêntica, em cruz grega, têm um significado semelhante. Independentemente das opções tipológicas mais ocidentais ou mais orientais, o espaço religioso simboliza o percurso da vida onde se tomam as mais importantes decisões, com o repúdio ou a

aceitação da identificação com Deus no altar-mor. No espaço construído longitudinalmente, o percurso é legível na sua realidade física, entre a entrada da igreja e o altar-mor. No espaço centralizado esta simplicidade é quebrada por alguma complexidade, sendo o percurso uma abstração, embora a sagração da eucaristia seja feita no quadrado central com cúpula, a simbolizar o paraíso celeste. Nesta segunda tipologia, os três braços livres permitem uma melhor caracterização funcional e cada um deles correspondendo a diferentes usos. As duas tipologias não se contradizem, sendo idênticas conceptualmente, de todos os pontos de vista, religioso, social e até político, sendo, no entanto, profundamente diferentes na forma.

Num espaço sempre tão carregado de significados, é muito interessante verificar como, com o advento da burguesia e da vida urbana, o espaço religioso se democratizou nas igrejas salão do gótico final. Tendendo, a abrir a sua relação com a cidade, fazendo crescer a dimensão dos vãos e conseguindo uma intensa e uniforme iluminação do espaço interior, antes encerrado como uma fortaleza, além de muito hierarquizado, dividido por espaços diferenciados para o clero, para a aristocracia e para o povo, o que foi negado na assembleia interclassista das igrejas salão.

A renovação conciliar do século XX, o chamado Vaticano II do tempo do Papa João XXIII não foi capaz, apesar de ser o seu desígnio, de renovar radicalmente o caráter dos espaços, no sentido da sua maior democratização e mais simples cerimonial, tendo como modelo os espaços do Cristianismo primitivo.

A entrada das línguas nacionais e do olhar do padre sobre nós, animadas as novas intencionalidades com o som das guitarras, como na Capela do Rato, onde estive pessoalmente em resposta ao apelo da luta contra a guerra colonial, espalhou-se por muitos outros sítios, numa celebração religiosa com menor peso cerimonial e maior densidade de objetivos. A grande novidade do ponto de vista programático, foi, sobretudo, a integração na liturgia canónica de aspetos políticos, sobretudo os que se relacionavam com a solidariedade, com a paz e com a liberdade, cuja aparente laicidade os separou, até aí, da religião. Mas a maior ambição era conseguir uma nova sociabilidade, numa real relação com a cidade, sem a mediação dos vitrais tardo-góticos.

A principal experiência em território nacional de um espaço que garantisse uma apropriação recíproca do social e do religioso foi a Igreja do Sagrado Coração de Jesus, em Lisboa, de Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas.

Tentando responder a esta nova conceção do espaço religioso, adotando com entusiasmo os novos princípios, mas sem pôr de parte os princípios definidos conciliarmente, foram feitos esforços em toda a cristandade, produzindo edifícios singulares de grande interesse formal, embora nunca se tendo conseguido

a criação e generalização de uma nova tipologia com caráter universal. Sem nunca pôr em causa os fundamentos da religião cristã, permitiu-se, ainda, que aos próprios arquitetos fosse dada, para além da sua competência própria, a definição programática dos novos espaços.

Todos os equívocos foram e são possíveis a partir deste vazio e todos têm razão quando se trata de seguir opções pessoais e nenhum tem razão quando as quer impor aos outros. Com todo o respeito que tenho pela sua memória, foi como atuou o Arquiteto Teotónio Pereira quando atacou publicamente a Igreja do Marco, considerando-a um gravíssimo retrocesso, em relação ao que ele achava serem as recentes conquistas do Movimento de Renovação da Arte Religiosa, MRAR. É muito interessante que agora, arrefecidos os arremedos militantes, as críticas que Teotónio Pereira teceu à Igreja do Marco, parece que as está a fazer à sua própria obra.

Mas, e o Arquiteto Álvaro Siza?

Talvez sem querer, mas limitou a unicidade interpretativa dos valores simbólicos, alargando aquela simbologia à diversidade de entendimentos dos fiéis. Por isso, a Igreja do Marco é ostensiva e assumidamente ambígua nas suas opções formais, indo buscar elementos espaciais e construtivos facilmente identificáveis, permite-se que o cidadão, potencial fiel, escolha o lugar ou o olhar, ou até a função.

A porta de 10 metros, acusada de monumentalidade gratuita, está certa, na nossa opinião, sendo como é a entrada para o espaço da liturgia, foi resistindo no essencial às pretensas novas interpretações. Assim, parece-nos evidente que não podemos entrar para o espaço onde procuramos a redenção, como quem entra numa loja ou numa habitação. Não é a admiração do turista que nos interessa, o que nos interessa é aquela sua função que, na nossa opinião, vale uns metros de altura.

Com a nossa entrada é estabelecido um compromisso que pode ser diferente em cada diferente momento. Esta consideração leva-nos obrigatoriamente para a análise do espaço interior que tentaremos de seguida.

A sua longitudinalidade é pouco acentuada, podendo dizer-se que está a meio caminho da assembleia circular ultrademocrática. A outra metade do caminho é ordenada canonicamente, como uma plateia de espetadores. Olhando à direita uma longa e estreita abertura permite ver os reflexos do sol nos azulejos de uma paisagem suburbana. Em frente o ambão destinado à palavra e à esquerda, sem que se tenha procurado alguma localização que viesse a condicionar a composição do espaço, a cruz.

Cada um olha e ouve o que melhor lhe servir, situando-se no espaço de acordo com o seu entendimento da prática religiosa e da sua própria fé, nunca por razões de classe, idade ou sexo. O oficiante, atrás do altar, não se faz sentir como autoridade a respeitar, nem com o direito a ofender-nos ou até a impedir a nossa salvação.

Siza construiu um espaço que poderíamos classificar de multiusos ou polivalente por ser adaptável a utilizações muito diferenciadas, como agora vai sendo normal em muitas igrejas: um banquete ou uma oração coletiva, um baile ou um exercício militar, a cruz inteira e limpa ou uma parcela de cidade com os sons da vida real, um batistério com autonomia espacial, nem edifício autónomo, nem substituído pela assembleia que pode perfeitamente funcionar como bilheteira ou loja, um ambão para a cantora de *blues* ou para os poemas da Natália Correia, etc..

Na nossa opinião a Igreja do Marco é um verdadeiro monumento que já entrou esplendidamente na história dos espaços religiosos contemporâneos, nacionais e internacionais. Tem uma Beleza que é o esplendor da verdade, que Álvaro Siza nunca sacrificou, confrontando, sempre com erudição, a complexidade do enigma que manteve ostensivamente, opondo-se ao primarismo da ignorância onde tudo aparece clarificado pelo simplismo do que julgam conhecer.

Somos por tudo o que vos deixamos escrito, provavelmente demasiado, totalmente favoráveis à reclassificação da Igreja de Santa Maria, no Marco de Canaveses, aceitando como boa a zona especial de proteção (ZEP) definida para a sua anterior classificação.

Finda a apresentação, o Arquiteto João Carlos dos Santos colocou o assunto a discussão.

O Arquiteto José Aguiar propôs que o texto do Arquiteto Alexandre Alves Costa fosse enviado para integrar o *dossier* de candidatura à UNESCO da obra do Arquiteto Álvaro Siza Vieira, num total de dezasseis edifícios/conjuntos. Refere que esta é uma obra-prima do seu tempo e concorda com a proposta apresentada.

A Dr.ª Ana Paula Amendoeira deu os parabéns ao Arquiteto Alves Costa e agradeceu a qualidade poética dos seus textos. Informou que o *dossier* de candidatura foi entregue no dia 16 de janeiro na Comissão Nacional da UNESCO para avaliação e depois será entregue no Centro do Património Mundial em Paris em 2024.

O Dr. Elísio Summavielle agradeceu o texto magnífico do Arquiteto Alves Costa e a humanidade no pensamento desta obra.

O Arquiteto Jorge Brito e Abreu disse que se o Arquiteto Alves Costa aprovar a entrega do seu texto, que fique referido o sentido de voto unânime e positivo da SPAA do CNC.

O Arquiteto Alexandre Alves Costa demonstrou-se comovido com as declarações dos seus pares e concordou com a entrega do texto para inclusão no *dossier* de candidatura.

O Doutor Francisco Clode também agradeceu o texto e o sentido poético muito próximo da obra do Arquiteto Siza Vieira, e que este exemplar de uma igreja contemporânea é uma exceção de beleza transcendente.

O Arquiteto João Carlos dos Santos relembrou que grande parte das obras do Arquiteto Álvaro Siza Vieira estão no território das Direções Regionais de Cultura, pelo que seria de todo o interesse e uma mais-valia no reconhecimento nacional, que se finalizassem todos os procedimentos de classificação das suas obras.

O Professor João Pedro Ribeiro corroborou o relevar do texto do Arquiteto Alves Costa e concordou com a classificação.

Finda a apresentação, o Arquiteto João Carlos dos Santos colocou à votação a *reclassificação de monumento de interesse público (MIP) para monumento nacional (MN) da Igreja de Santa Maria, paroquial de Fornos, e complexo paroquial*. Votaram favoravelmente, e com aclamação, todos os membros da SPAA presentes.

APROVADO EM REUNIÃO
DA SECÇÃO DO PATRIMÓNIO
ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO DO
CONSELHO NACIONAL DE CULTURA
18 / Janeiro / 2023
O Presidente da Secção,